

Bolsa recua e dólar sobe a R\$ 4,9081 com investidores de olho na inflação dos EUA

O mercado financeiro global começou a semana em compasso de espera, com leve tom negativo. A Bolsa fechou em queda e o dólar subiu na segunda-feira (13).

Investidores aguardam dados inflacionários dos Estados Unidos, que serão divulgados na terça (14), enquanto repercutem o rebaixamento da nota de crédito do país pela Moody's, de "estável" para "negativa" na última sexta (10). A medida vem após a Fitch, outra agência de classificação de risco, rebaixar o rating soberano dos EUA neste ano, na esteira de meses de embate político em torno do teto da dívida americana.

Em sua justificativa, a Moody's citou grandes déficits fiscais e um declínio na

capacidade de pagamento da dívida como riscos para a economia americana, fatores que ajudaram a elevar os juros dos treasuries (títulos do Tesouro americano) no último mês.

O que mais pressionou a rentabilidade da renda fixa americana, porém, foi a expectativa de que a taxa básica de juros do país continue a níveis elevados por mais tempo. Ela está no maior patamar desde 2001, entre 5,25% e 5,50%. A expectativa do mercado é que ela comece a baixar no meio de 2024.

Amanhã, a inflação de outubro pode dar pistas de quando se encerrará este ciclo de aperto monetário. A previsão é de uma desaceleração dos preços, de 3,7% em setembro, para 3,3%. No entanto, o núcleo da inflação

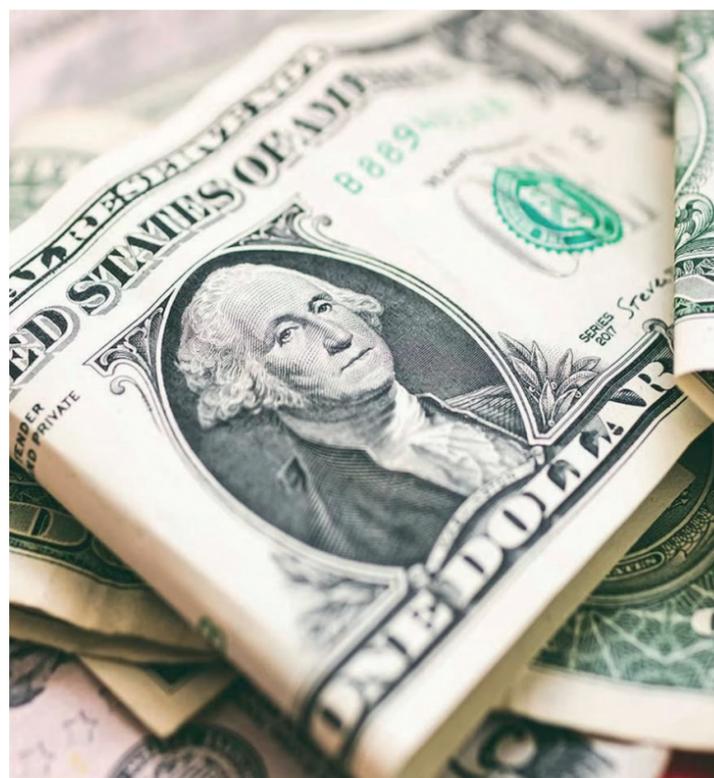
deve permanecer inalterado em relação ao mês anterior.

Em Wall Street, os índices acionários tiveram desempenhos mistos. O S&P 500 e o Nasdaq cederam 0,08% e 0,22%, respectivamente. Já o Dow Jones subiu 0,16%.

Por aqui, o Ibovespa recuou 0,14%, a 120.398 pontos. Nas últimas três semanas, o principal índice da Bolsa de Valores brasileira acumulou uma alta de 6,55%.

Já o dólar comercial fechou em leve alta de 0,13%, a R\$ 4,9081.

No geral, quanto mais altos os juros dos EUA, mais o dólar tende a se beneficiar globalmente, uma vez que investidores passam a mostrar maior interesse pelo extremamente seguro mercado de renda fixa americano. Folhapress



Economia

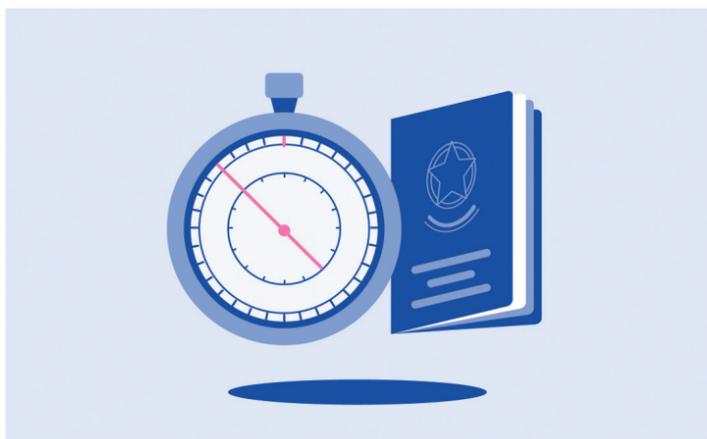


Mercado reduz previsão da inflação de 4,63% para 4,59% este ano

Página - 03

Fim de ano deve ter maior número de vagas temporárias desde 2013

Página - 03



"Não faremos uma nova proposta pela Braskem", diz CEO da Unipar

Página - 08

O que a crise da WeWork significa para o mercado de escritórios flexíveis

Página - 08



Política

Governo Lula articula para barrar pagamento obrigatório de novo tipo de emenda parlamentar

Página - 04

Justiça rejeita liminares da oposição e mantém privatização da Sabesp

Página - 04

No Mundo

À sombra de Xi e Biden, eleição taiwanesa tem semana decisiva



A campanha presidencial em Taiwan para as eleições de 13 de janeiro vive uma semana crucial, com a aproximação do fim do prazo para a oposição apresentar um candidato de unidade. No momento, o candidato do governo segue à frente nas pesquisas.

O impasse coincide com a cúpula dos líderes de EUA e China, Joe Biden e Xi Jinping, que após meses de negociação marcaram para esta quarta (15) um encontro em San Francisco, na Califórnia, no qual Taiwan e os presidencialistas devem estar entre os temas em discussão.

A oposição está dividida entre dois nomes: Hou Yu-ih, do KMT (Kuomintang

ou Partido Nacionalista da China), e Ko Wen-je, do TPP (Partido do Povo de Taiwan). Embora o KMT seja a legenda maior e mais tradicional, Hou aparecia com um apoio de 21,1% no fim de outubro, contra 25,6% de Ko.

Realizado pela Fundação Taiwanesa de Opinião Pública, considerada independente, o levantamento mostrou Lai Ching-te, do PDD (Partido Democrático Progressista), atual vice-presidente taiwanês, com 29,7%. Ainda na frente, mas pela primeira vez abaixo de 30%.

A pesquisa animou a oposição a buscar unidade, sobretudo pelo crescimento na desaprovação da presidente Tsai Ing-wen, também do PDD. Após uma sequência de

escândalos, a fatia dos que a desaprovam alcançou 53%, a maior em quatro anos e meio.

As lideranças de KMT e TPP se reuniram no início do mês e fecharam acordo para as eleições legislativas, que também acontecem em 13 de janeiro. Mas não houve acerto quanto à candidatura presidencial única nem sequer sobre um programa que aproximasse as plataformas de Hou e Ko.

“Ainda existe uma chance”, diz o cientista político Yan Zhensheng, da Universidade Nacional de Taiwan, lembrando que o prazo para registro das candidaturas vai de 20 a 24 deste mês, “mas é preciso que o acordo saia uma semana antes, para permitir pesquisa”. Nelson Sá/Folhapress

Ucrânia planeja reconstrução apesar de incertezas da guerra

No último dia de outubro, a cidade de Kherson, na Ucrânia, amanheceu contando os danos de ataques russos que atingiram, segundo autoridades, bairros residenciais, prédios administrativos e uma biblioteca, deixando civis mortos e feridos. Era o 614º dia de guerra.

Naquela mesma manhã, em Milão, ministros e prefeitos italianos e ucranianos, representantes do Banco Mundial e de agências da ONU, arquitetos e professores participavam alguns de forma remota de uma conferência sobre a reconstrução da Ucrânia, organizada pela Triennale di Milano e pelo museu Maxxi de Roma, duas proeminentes instituições culturais da Itália.

Apesar de a guerra seguir indefinida, sem perspectivas de término, diversas iniciativas locais e internacionais de reerguimento do país buscam avançar em meio às incertezas. Além do evento milanês, fóruns com o tema aconteceram em Londres, em junho, e em Bucareste, em outubro. Outro, em Varsóvia, está agendado para esta semana. Em Milão, foram apresentados trabalhos em andamento, desde a proteção da Catedral da Transfiguração, em Odessa, parcialmente destruída por mísseis russos em julho, até o desenvolvimento de projetos de planejamento urbano para as cidades de Mikolaiv, Irpin e Kharkiv, com a coordenação de escritórios multinacionais de arquitetura e engenharia.

A tônica das avaliações é que pensar agora na reconstrução, mesmo sob bombardeios, não serve apenas como sinal de esperança para a população ucraniana. É algo que deve ser visto como oportunidade para requalificar cidades e incentivar a volta de milhões de refugiados que passaram a viver em outros países para a nação; de encaminhar negócios com fornecedores; e de preparar o país para a entrada na União Europeia, um longo processo que avançou mais um passo na última semana.

Folhapress

Israel cerca maior hospital de Gaza e diz que terroristas se abrigam em túneis no local



Militares de Israel cercaram na segunda-feira (13) o hospital al-Shifa, o maior da Faixa de Gaza e localizado em uma área considerada estratégica aos esforços de Tel Aviv para controlar o norte do território palestino. A ação motivou novas críticas às ações israelenses na guerra contra o Hamas.

Israel afirma que integrantes do grupo terrorista se abrigam em uma espécie de quartel-general construído em túneis abaixo do hospital na Cidade de Gaza, a maior da faixa homônima. Também acusa os combatentes do Hamas de usar os pacientes como escudos, o que a fac-

ção extremista nega. Após o cerco, médicos disseram que pacientes, incluindo bebês recém-nascidos, estavam morrendo por falta de medicamentos. Os profissionais afirmam ainda que a unidade não tem mais combustível necessário para manter a energia elétrica e equipamentos hospitalares em funcionamento.

“Tanques [de Israel] estão em frente ao hospital. Estamos sob bloqueio total. É uma área totalmente civil. Apenas pacientes hospitalares, médicos e outros civis estão no hospital. Alguém deveria parar com isso”, disse o cirurgião Ahmed El Mokhallalati à agência de notícias Reuters. “Bombarde-

aram tudo. Dizemos a todos que o hospital não é mais um lugar seguro para tratamento”, acrescentou.

Israel tem pedido aos médicos que transfiram os pacientes para outro local. Líderes das Forças Armadas dizem ainda que tentaram retirar os bebês e que deixaram 300 litros de combustível na entrada da unidade para alimentar geradores, mas que as tentativas de ajuda foram bloqueadas pelo Hamas. Ashraf al-Qidra, porta-voz do Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, rebateu as acusações. Ele disse que são os ataques israelenses que “aterrorizam tanto médicos quanto civis”. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado reduz previsão da inflação de 4,63% para 4,59% este ano



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – caiu de 4,63% para 4,59% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (13), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,92%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário

Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é de 67%. A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda situa-se dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em outubro, o aumento de preços das passagens aéreas pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,24% [https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/

noticia/2023-11/inflacao-de-outubro-fica-em-024-puxada-pelas-passagens-aereas], segundo o IBGE. O percentual foi abaixo da taxa de setembro, que teve alta de 0,26%.

A inflação acumulada este ano atingiu 3,75%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 4,82%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 12,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

Andreia Verdélio/ABR

Brasil anuncia primeira emissão externa de título sustentável

O governo brasileiro anunciou na segunda-feira (13) a primeira emissão soberana de títulos sustentáveis no mercado internacional. O objetivo é colocar o país no mapa das economias que captam recursos sob o compromisso de investi-los em ações com o selo ESG (sigla em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança).

Os títulos sustentáveis serão emitidos em dólar e terão prazo de 7 anos, com vencimento em 2031. O valor final da emissão e as taxas de juros a serem pagas pelo país aos investidores serão divulgados no fim do dia.

“O objetivo da operação é reafirmar o compromisso da República com políticas sustentáveis, convergindo com o crescente interesse de investidores não residentes e com a expansão do mercado de títulos temáticos no mundo”, diz o Tesouro.

Os recursos têm como

objetivo ajudar a financiar uma série de ações focadas na preservação ambiental, como mitigar mudanças climáticas e conservar recursos naturais, e no desenvolvimento social, sobre as quais o país terá de prestar contas aos investidores internacionais nos próximos anos com indicadores quantitativos e qualitativos.

Essa é a segunda emissão soberana realizada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no mercado internacional e a primeira da história do Brasil atrelada ao selo da sustentabilidade.

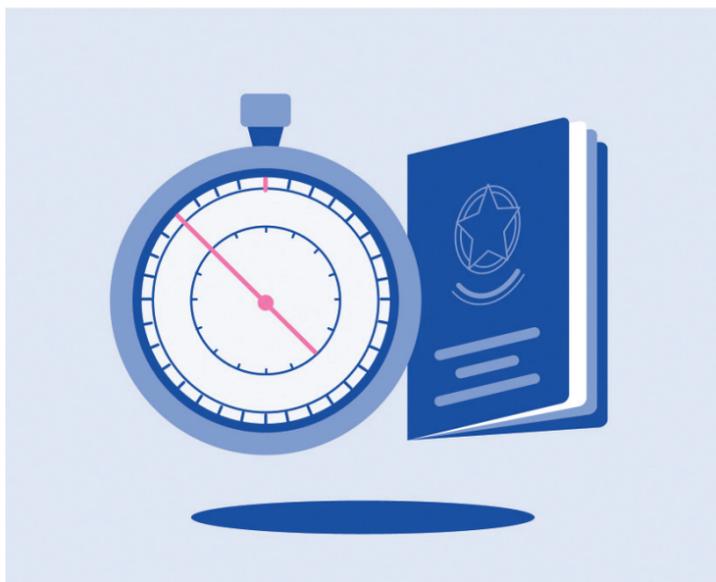
Em 5 de abril deste ano, o governo Lula captou US\$ 2,25 bilhões, em um leilão de demanda elevada e juros mais altos, acompanhando o resto do mundo.

Em um leilão de títulos com a marca ESG, as taxas cobradas pelos investidores costumam ser menores, uma espécie de prêmio concedido ao país diante do compromisso com as pautas sustentáveis.

Idiana Tomazelli/Folhapress



Fim de ano deve ter maior número de vagas temporárias desde 2013



O aquecimento que o Natal proporciona às vendas no comércio deve fazer o varejo brasileiro ter o maior número de contratações de trabalhadores temporários dos últimos dez anos. A expectativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que estima 108,5 mil vagas preenchidas. Esse número representa um crescimento de 5,6% em relação ao ano passado, quando foram 97,9 mil contratações. Se confirmada a expectativa, esse contingente de mão de obra será o maior desde 2013, quando 115,5 mil pessoas ocuparam vagas temporárias.

A CNC chega a essa estimativa com base em aspectos sazonais das admissões e desligamentos no comércio

varejista, registrados mensalmente pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O segmento de hiper e supermercados é o que mais deve contratar temporários, abrindo 45,47 mil vagas, seguido por vestuário e calçado, com 25,17 mil; utilidades domésticas e eletroeletrônicos, com 15,98 mil; livrarias e papelarias, com 9,31 mil; e móveis e eletrodomésticos, com 5,7 mil vagas.

Apesar de hiper e supermercados concentrarem a maior parte das vagas, é o segmento de vestuário que mais é beneficiado proporcionalmente pelo Natal. Enquanto o faturamento nos mercados cresce 34% entre novembro e dezembro, nas lojas de vestuário o salto é de 90%.

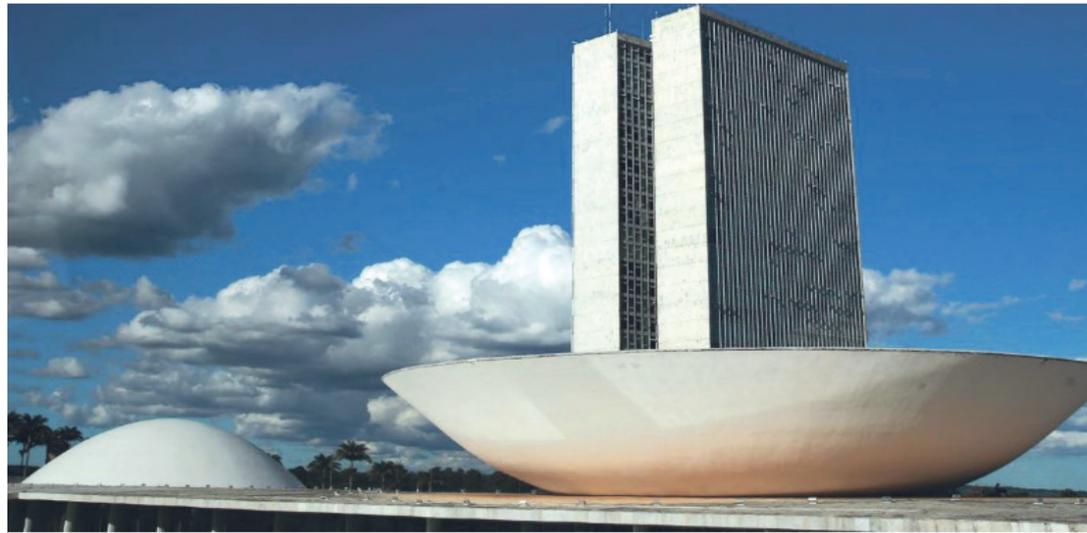
De acordo com a CNC, “a desaceleração da inflação, em meio ao processo ainda inicial de flexibilização da política monetária [queda de juros], deverá impactar favoravelmente as vendas em segmentos menos dependentes da tomada de recursos por meio de empréstimos e financiamentos”. São Paulo (28,41 mil), Minas Gerais (12,13 mil), Paraná (9,14 mil) e Rio de Janeiro (7,96 mil) devem concentrar mais da metade (54%) da oferta de vagas temporárias para o Natal deste ano.

O salário médio de admissão deverá alcançar R\$ 1.605. Sem contar a inflação acumulada, esse valor fica 1% acima na comparação com o mesmo período do ano passado, quando a remuneração média ficou em R\$ 1.596.

Bruno de Freitas Moura/ABR

Política

Governo Lula articula para barrar pagamento obrigatório de novo tipo de emenda parlamentar



Em meio aos movimentos para inflar as chamadas emendas parlamentares, o Palácio do Planalto tenta articular um meio-termo para a criação de uma nova modalidade de repasse de recursos a deputados e senadores.

Na última terça-feira (7), o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), anunciou que o relatório final sobre a proposta contará com a criação de uma emenda a ser distribuída pelos partidos às bancadas.

Atualmente, há três tipos de emendas:

Individual: distribuídas igualmente entre deputados e senadores;

De comissão: com recursos indicados pelos colegia-

dos temáticos do Parlamento; Estadual: com indicação dos parlamentares de um mesmo estado.

Ainda não está definido se a nova emenda será impositiva, ou seja, se o Executivo será obrigado a fazer o pagamento dos recursos, como já ocorre com as emendas individuais e de bancada.

Apesar de terem a execução obrigatória, o governo tem o poder para definir um cronograma de pagamento. Geralmente, os repasses ocorrem às vésperas de votações importantes. Por isso, o Planalto tem trabalhado para não tornar a nova modalidade obrigatória.

Como o governo controla o ritmo de pagamento das emendas, os parlamentares reclamam da demora na liberação dos recursos. Caso a

nova emenda seja impositiva, o orçamento da União ficaria cada vez mais nas mãos do Congresso Nacional.

A demanda por uma nova modalidade surgiu após o fim das emendas de relator (RP-9), também conhecidas como “orçamento secreto”. Em 2022, o STF considerou o mecanismo inconstitucional pela falta de transparência e critérios de distribuição.

“Nós não estamos criando novas RP-9. Essas emendas partidárias de bancada vão ter origem, destino e acompanhamento. Então, não vai ser nada camuflado do ponto de vista dos seus encaminhamentos. A RP-5 é uma rubrica clara com relação a essa questão e vai ter toda a tramitação com os parâmetros que um orçamento público exige”, disse Danilo Forte. CNN

Barroso volta a criticar PEC do Senado e diz que texto segue modelo ditatorial

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a PEC (proposta de emenda à Constituição) que busca revisar decisões da corte em tramitação no Senado segue o modelo ditatorial da Constituição de 1937.

“A revisão de decisões do Supremo é democraticamente inaceitável, é um modelo da Constituição ditatorial de 1937. Em nenhum país democrático você tem decisões do Supremo revista pelo Congresso, mas o debate é legítimo e o Congresso é o lugar de isso acontecer”, disse Barroso na segunda-feira (13), durante seminário promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O ministro afirmou ainda que não é o momento de estabelecer mandatos para integrantes da corte e que a monocratização já foi resolvida por meio de resoluções aprovadas na gestão da ministra Rosa Weber que se aposentou em setembro.

O presidente do STF disse manter o melhor diálogo possível com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e que busca expor que a PEC não deve ser prioridade.

“Eu preferiria que não houvesse mudanças no Supremo neste momento porque passa uma impressão equivocada de que o problema do país passa pelo STF. Na verdade, as soluções para o país é que passam”, afirmou.

Na sexta-feira (10), Barroso criticou a decisão do Senado de avançar com uma PEC que questiona os limites da atuação da corte, alegando que o país tem outras prioridades. “O Congresso está fazendo o debate que é próprio que seja feito no Congresso, mas há muitas coisas para mudar no Brasil antes de mudar o Supremo. O Supremo como está presta bons serviços ao país, portanto eu não colocaria no campo das minhas prioridades mexer no Supremo”, disse. Géssica Brandino/Folhapress



Justiça rejeita liminares da oposição e mantém privatização da Sabesp



O Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou dois pedidos de liminares da oposição ao governador Tarcísio de Freitas para suspender a tramitação do projeto de lei que privatiza a Sabesp, maior estatal paulista.

Um dos pedidos, apresentado pelo deputado Jorge do Carmo (PT), dizia não haver justificativa para que o projeto tramite sob regime de urgência na Assembleia Legislativa do estado.

“A adoção do rito de urgência em proposições legislativas é prerrogativa regimental atribuída à Presidência da Casa Legislativa, consistindo em matéria genuinamente interna corporis”, afirmou na decisão o de-

sembargador Mateus Fontes.

Em outra ação, apresentada pelo deputado Guilherme Cortes (PSOL), a oposição alegou que a privatização não poderia ocorrer por meio de um projeto de lei, mas sim por proposta de emenda constitucional.

O desembargador Mateus Fontes, porém, não viu motivos que sustentassem concessão de uma liminar para suspender a tramitação do projeto de lei.

“À primeira vista, a situação fática descrita pelo impetrante envolve interpretação regimentais da Casa Legislativa. Correção de desvios regimentais, por refletir tema subsumível à noção de atos “interna corporis”, não estão sujeitos ao

controle judicial”, afirmou.

Com as decisões, a tramitação do projeto de lei continua na Assembleia Legislativa nesta semana. Na quinta-feira (16) está prevista a audiência pública prevista pela oposição. Depois, o debate continuará no Colégio de Comissões, onde o PL começou a tramitar na semana passada.

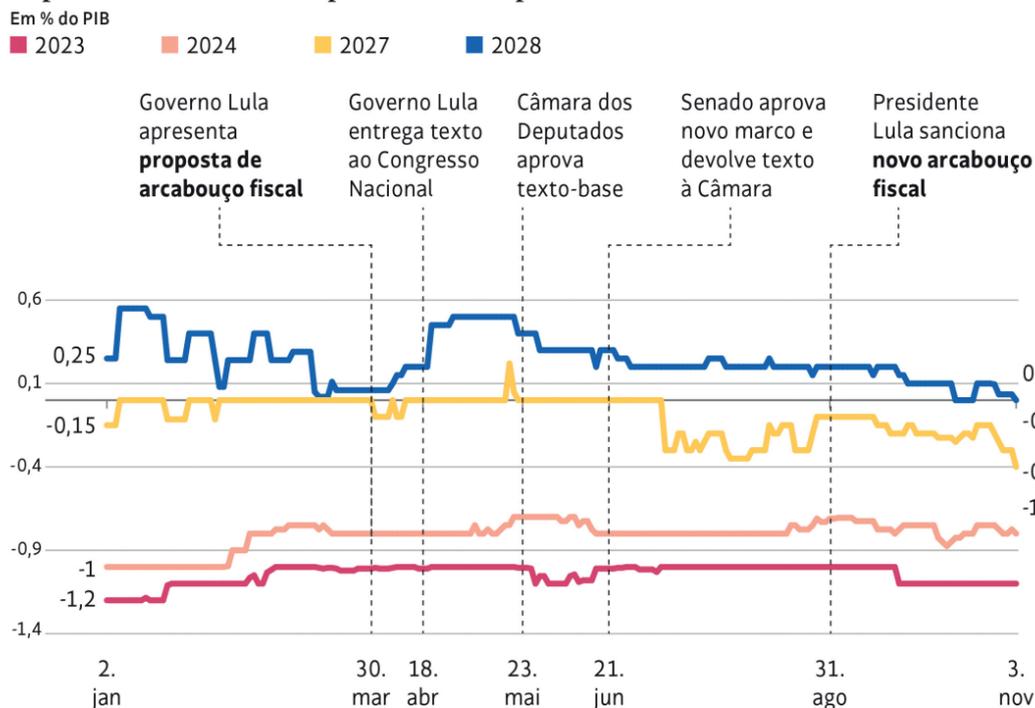
A expectativa do Palácio dos Bandeirantes é de aprovar o projeto de lei até dezembro.

Na última sexta-feira (10), o relator da proposta, deputado Barros Munhoz, disse à CNN calcular haver cerca de 60 votos favoráveis à aprovação, dentro de um universo de 94 deputados. Para aprovar o projeto são necessários 48 votos. CNN



Expectativas do mercado financeiro para as contas públicas

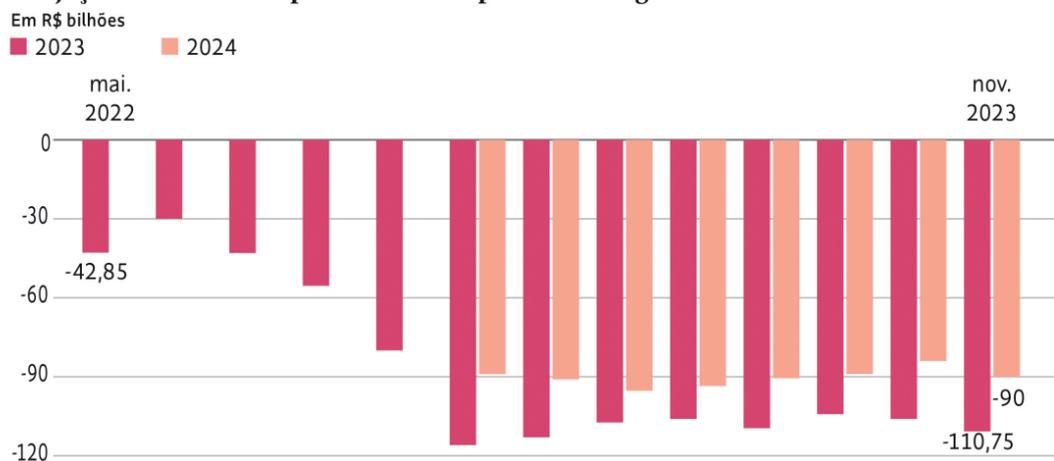
Expectativas do mercado para resultado primário*



2028

é o ano que o déficit será zerado, segundo projeções de economistas. Antes do arcabouço, projeção era zerar em 2027

Projeções do mercado para resultado primário do governo central**



* Expectativas informadas nos últimos 30 dias

** Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central

Fontes: Pesquisa Focus (Banco Central) e Questionário Pré-Copom (Banco Central)

Petróleo fecha em alta, na esteira de aumento da previsão de demanda pela Opep



Os contratos futuros mais líquidos do petróleo fecharam nesta segunda-feira, 13, em alta de mais de 1%, recuperando-se de parte da queda vista na semana passada, depois da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevar sua previsão de alta na demanda global para este ano e ajudar a dissipar os temores pelo enfraquecimento da economia global.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para dezembro fechou em alta de 1,41% (US\$ 1,09), a US\$ 78,26 o barril. Enquanto isso, o Brent para janeiro, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), subiu 1,33% (US\$

1,09), a US\$ 82,52 o barril.

Na segunda, a Opep elevou em 100 mil barris por dia (bpd) sua previsão de alta na demanda global por petróleo em 2023, para 2,5 milhões de bpd, e deixou inalterada sua previsão para 2024. O cartel também elevou em 100 mil bpd sua previsão para o aumento da oferta de petróleo entre países fora do grupo em 2023, para 1,8 milhão de bpd.

Para o analista da Oanda Craig Erlam, o relatório desta segunda indicou que a economia chinesa em desaceleração pode não pesar tanto assim na demanda pela commodity, e “a questão agora é se a Rússia e a Arábia Saudita, membros da Opep+, irão recuar com cortes na produ-

ção para além de dezembro”, o que manteria a oferta apertada e os preços elevados.

Segundo Fawad Razaqzada, do City Index, a queda nos preços do petróleo tende a ser limitada este ano. “Dado que os preços do petróleo enfraqueceram nas últimas semanas, a Arábia Saudita e a Rússia provavelmente continuarão com os cortes voluntários na oferta no próximo ano”, ele explica, e argumenta que a queda do número de plataformas de exploração de petróleo em atividade nos EUA também deve reduzir a oferta da commodity entre os países que não são integrantes da Opep, favorecendo preços mais elevados.

IstoÉDinheiro

CIP S.A.
CNPJ nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária em 15/12/2023 às 16h

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 (“IN DREI 81”), os acionistas da CIP S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob o nº 44.393.564/0001-07 (“Núcleo” ou “Companhia”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15/12/2023, às 16:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital “Microsoft Teams” (“Plataforma Digital”), a qual terá como ordem do dia, as seguintes deliberações: (a) Ratificação da distribuição de dividendos deliberada na Reunião do Conselho de 08.11.2023, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, provenientes da reserva de lucros, a ser distribuída proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e autorização da Companhia para deduzir, dos valores a serem distribuídos, eventuais dívidas dos acionistas junto à Núcleo; (b) Reforma do artigo 6º do Estatuto Social, a fim de alterar o valor do capital autorizado da Companhia, dos atuais R\$ 48.000.000,00, para R\$ 548.000.000,00; (c) Reforma do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de incluir as seguintes atividades no objeto Social da Companhia: (i) a prestação de serviços de tecnologia da informação; (ii) prestação de serviços relacionados aos dados processados em seu mercado, incluindo, mas não se limitando a padronização, classificação, análises, cotações, estáticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; (iii) prestar, às pessoas autorizadas, suporte técnico, de mercado, administrativo e gerencial, relacionado ao seu objeto social, incluindo a exploração de softwares desenvolvidos ou licenciados para a Companhia; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (v) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (vi) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (vii) serviços de análise de dados e prestação de informações gerais; (viii) assessoria e consultoria relacionados a sistemas de tecnologia da informação e combate à fraude; (ix) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (xi) gestão de ativos intangíveis não financeiros; (d) Ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração, os Sres. **Erick Warner de Carvalho** e **Pedro Bramont**, formalizada na Reunião do Conselho realizada em 04.10.2023, nos termos do artigo 22, parágrafo 7º do Estatuto Social da Companhia; e (e) Consolidação do Estatuto Social e autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim.

Orientações gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: governancacorporativa@nuclea.com.br preferencialmente, com no mínimo, 48hs de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema (“Solicitação de Acesso”). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) (“Documentos Necessários”). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406/02 (“Código Civil”). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Núcleo enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o link (Teams) de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: governancacorporativa@nuclea.com.br para que seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **Orientações para o envio de Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto à distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto à distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão endereço seguinte endereço eletrônico: https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto à distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada do boletim de voto à distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail governancacorporativa@nuclea.com.br ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto à distância em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o endereço: **CIP S.A. | Núcleo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/C: Governança Corporativa.** Vale ressaltar que os boletins de voto à distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Núcleo até o dia 11/12/23, tendo a Núcleo, em até 2 dias do recebimento de cada boletim de voto à distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. SP, 10/11/23. **Edeilson Viani**, Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 14/11/2023)

Publicidade Legal

BC divulgará trimestralmente resultados de PTC e PEF junto a reuniões do Comef



O Banco Central passará a divulgar trimestralmente os resultados da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC) e da Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF). O relatório da PTC sairá na quinta-feira da semana anterior à reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e o da PEF na quinta-feira da semana posterior ao encontro.

Com a reunião do Comef no dia 22 deste mês, as primeiras divulgações ocorrerão no dia 16, no caso da PTC, e no dia 30, no caso da PEF.

De acordo com a instituição, a divulgação dos relatórios faz parte dos esforços de ampliação da transparência da autoridade monetária.

O BC destaca que a PTC procura captar as tendências do mercado de crédito bancário a partir das percepções das principais instituições financeiras.

Os respondentes avaliam as condições de oferta e demanda de crédito, incluindo seus principais fatores, observadas no último trimestre e as expectativas para o trimestre seguinte.

Já a PEF tem por objetivo captar a percepção das instituições financeiras sobre a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em várias dimensões, incluindo riscos prospectivos, confiança na estabilidade e avaliação sobre os ciclos econômico e financeiro.

Os resultados da pesquisa continuarão sendo analisados em maior detalhe no Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

IstoéDinheiro

BR7 Senado Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ nº 08.607.123/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
ATIVO	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	2022		2021		
Ativo circulante	4.922	146.824	Passivo circulante	11	5.621	Receita	132.142	134.473		
Caixa e equivalentes de caixa	92	65.244	Fornecedores	11	1	Custo dos serviços prestados	(591)	(433)		
Títulos e valores mobiliários	3.215	1.467	Receita diferida	-	5.459	Receita líquida	131.551	134.040		
Contas a receber	-	12.225	Contas a pagar - partes relacionadas	-	161	Receitas (despesas) operacionais				
Mútuo - partes relacionadas	-	66.468	Passivo não circulante	-	-	Gerais, administrativas e comerciais	(2.424)	(4.664)		
Outros ativos	1.615	1.420	Impostos e contribuições - LP	414	316	Depreciação e amortização	(8.664)	(9.467)		
Ativo não circulante			Receita diferida-LP	-	41.852	Impostos a recuperar sobre ativo imobilizado	1.806	1.974		
Impostos e contribuições	8.827	24.211	Total do passivo não circulante	414	42.168	Lucro antes do resultado financeiro	122.269	121.883		
Ativos Lapa	15.601	15.601	Patrimônio líquido			Resultado financeiro				
Propriedades para investimento	-	504.134	Capital social	716.861	1.420.265	Receitas financeiras	8.902	4.646		
Outros ativos - LP	242	43	Reserva de lucros	25.533	6.105	Despesas financeiras	(249)	(99.859)		
Total do ativo não circulante	24.670	543.989	Prejuízos acumulados	(713.227)	(783.346)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	130.922	26.670		
Total do ativo	29.592	690.813	Total do patrimônio líquido	29.167	643.024	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(41.375)	(5.043)		
			Total do passivo e patrimônio líquido	29.592	690.813	Lucro líquido do exercício	89.547	21.627		
						Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	1,13	0,02		
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
	Capital social	Legal	Res. de lucros investimentos e capital de giro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Saldos em 31/12/2020	260.264	35.198	402.018	28.966	-	726.446	2022		2021	
Aumento de capital	1.331.224	(15.223)	-	-	-	1.316.001	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Redução de capital	(171.223)	-	-	-	-	(171.223)	Lucro líquido do exercício			
Efeitos de reversão do valor justo - propried. p/investimentos	-	-	-	(28.966)	(803.892)	(832.858)	89.547			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.627	21.627	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Destinação do lucro líquido do exercício:							IRPJ e CSLL correntes e diferidos			
Constituição de reserva legal	-	1.081	-	-	(1.081)	-	- 541			
Distribuição de dividendos	-	-	(416.969)	-	-	(416.969)	Estorno dos impostos diferidos sobre AVJ - Propriedade para investimentos			
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	- (473.787)			
Saldos em 31/12/2021	1.420.265	21.056	(14.951)	-	(783.346)	643.024	Ganho/(estorno) com valor justo das propriedades para investimento			
Movimentações pré cisão							- 52.735			
- Redução do capital em 31/05/2022	(71.370)	-	-	-	-	(71.370)	Receita diferida			
- Lucro do período - Janeiro a agosto de 2022	-	-	-	-	65.437	65.437	(4.095) (5.460)			
Movimentações pós cisão							Variação nos ativos operacionais			
- Redução do capital em 30/11/2022	(493.155)	-	-	-	-	(493.155)	Títulos e valores mobiliários			
- Redução do capital em 21/12/2022	(138.879)	-	-	-	-	(138.879)	(1.748) 619.017			
- Lucro do período - setembro a dezembro de 2022	-	-	-	-	24.110	24.110	Contas a receber			
Transferência de reservas	-	-	14.951	-	(14.951)	-	12.225 (1.193)			
Constituição de reserva legal	-	4.477	-	-	(4.477)	-	Impostos e contribuições			
Saldos em 31/12/2022	716.861	25.533	-	-	(713.227)	29.167	15.383 3.583			
							Outros ativos			
							(394) 131			
							Variação nos passivos operacionais			
							Fornecedores			
							10 (49)			
							Contas a pagar - Partes relacionadas			
							- 161			
							Impostos e contribuições			
							98 316			
							Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos			
							- (94.854)			
							Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		111.027	122.769
							Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
							Aumento/(redução) de capital			
							(176.179) 1.160.001			
							Mútuo - Partes relacionadas			
							- (66.468)			
							Amortização de empréstimos e financiamentos			
							- (1.121.476)			
							Dividendos sobre capital próprio pagos			
							- (29.594)			
							Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) nas atividades de financiamentos		(176.179)	(57.537)
							Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
							(65.152)			65.232
							Caixa e equivalentes de caixa			
							Saldo no início do exercício			
							65.244 12			
							Saldo no fim do exercício			
							92 65.244			
							Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(65.152)	65.232

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A BR7 Senado Empreendimento Imobiliário S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 17/01/2007, tendo como objetivo a compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios, sendo registrada sob o número de cadastro - CNPJ 08.607.123/0001-05. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, à Rua Dr. Eduardo Souza Aranha, 153, 4º andar - sala S, CEP:04543-120 - Vila Nova Conceição. A Companhia é integrante do Grupo Fram Capital, o qual possui vasta experiência de atuação no mercado financeiro em administração de fundos de investimentos e serviços fiduciários aos de Market Making de câmbio, renda fixa e derivativos. **Principais eventos ocorridos em 2022:** Em setembro de 2022, o BR7 Senado Fundo de Investimento Imobiliário adquiriu a totalidade das ações da Fram Participações S.A. e, em ato seguinte, extinguiu a referida Companhia, absorvendo assim os ativos e passivos naquela data. Após a concretização da operação o BR7 Senado Fundo de Investimento Imobiliário possui cem por cento (100%)

de participação na BR7 Senado Empreendimento S.A., tornando-se seu controlador. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de apresentação Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2022. A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28/03/2023.

DIRETORIA

Cesare Rivetti - Representante Legal | Marta Cristina Pelucio Grecco - Contadora - CRC 1SP163575/0-0 | Praesum Contabilidade Internacional Ltda. - CRC 2SP018174/0-0.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócios da BR7 Senado Empreendimento Imobiliário S.A. São Paulo / SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BR7 Senado Empreendimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR7 Senado Empreendimento Imobiliário S.A., em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório, em 30/09/2022, contendo modificação relativa ao fato de que a Companhia foi gerida por outra Administração/Acionista no período de 1º de janeiro a 25/11/2021, reconhecendo resultado líquido de R\$ 73.461 não examinado por nós, tampouco por outros auditores independentes. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração", o qual deve ser disponibilizado após a emissão deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler estas outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstra-

ções contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio das Companhias para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho pela auditoria das Companhias e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. SP, 28/03/2023

Planners Auditores Independentes

CRC-SP nº. 2SP 14.712/0-2

Heitor Piovom, Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Fábio de Souza Serrão, Contador CRC 1SP-242.134/0-7

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Buspay S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.379/0001-12 – NIRE 35.300.522.664

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de setembro de 2023

Data, Hora e Local: 22/09/2023, às 10 horas, na sede social da Buspay S.A. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. José Garcia Netto, Presidente e Marco Aurelio Spinardi, Secretário. **Deliberações por Unanimidade de Votos: I – item (a)** foi aprovada a eleição dos seguintes novos membros da Diretoria: Srs. Marco Aurelio Spinardi, RG nº 33.241.095-X – SSP/SP e CPF nº 312.489.848-62, e Adriano Barros de Araujo, RG nº 29.187.951-2 e CPF nº 260.838.568-09, ao cargo de Diretor, sendo o Sr. Marco Aurelio Spinardi como Diretor Presidente em substituição ao Sr. Jose Garcia Netto, que neste ato renuncia ao cargo, e o Sr. Adriano Barros de Araujo, que assume o cargo de Diretor Executivo, em substituição ao Sr. Fábio Kiyoshi Yakushiji que também neste ato renuncia ao cargo de Diretor Executivo. Os novos Diretores tomam posse neste ato e deverão permanecer em seus cargos até a próxima AGO de 2025, e declaram não ter sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **I – item (b)**: Os acionistas aprovaram o novo texto do objeto social, passando o artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com o texto abaixo. **I – item (c)**: Em face de ter sido totalmente integralizado o capital social, foi aprovado e homologado o aumento do capital social que passará de R\$ 200.000,00 para R\$ 268.000,00, mediante a emissão de 68.000 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, ações essas totalmente subscritas e integralizadas. **I – item (d)**: Em decorrência foi aprovada a alteração do texto do Artigo 5º do Estatuto Social. **I – item (e)**: Foi aprovada, por unanimidade, a consolidação do Estatuto Social, cujo texto passa a vigorar como segue: **“Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Prazo: Art. 1º.** A Buspay S.A., é sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem por objetivo: a) mediante adesão a Arranjo de Pagamento, habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras de arranjo de pagamento; c) praticar as demais atividades inerentes às sociedades credenciadoras, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; d) prestar outros serviços a terceiros tais como o aluguel de equipamentos de captura de transações, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento ou meios eletrônicos, que exijam o registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza, passíveis de transitarem em rede eletrônica; e) prestar serviços de desenvolvimento e operação de soluções comerciais na transmissão, processamento e liquidação de transações de pagamento, por meio de dispositivos eletrônicos ou digitais; f) prestar serviços de solução para o controle de acesso e de pagamento eletrônico por meio de reconhecimento facial; g) prestar serviços de desenvolvimento e de operação de plataforma eletrônica e de integração entre sistemas, visando o ambiente de operação das empresas de transporte coletivo; h) prestação de serviços eletrônicos de emissão e venda de bilhetes de passagens para o transporte público por meio de ônibus; i) prestação de serviços de Gateway e de sistemas intermediários de interligação de redes; j) desenvolvimento e operação de plataforma eletrônica para a organização e gestão de serviços de logística no segmento do transporte de encomendas e cargas; k) participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior. **Art. 3º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402 (parte), Vila Guarani, CEP 04311-900, podendo por deliberação de sua Diretoria, instalar e encerrar dependências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 268.000,00 dividido em 268.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem a emissão de certificados. **Art. 6º.** Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto. § 1º. A sociedade poderá criar, mediante deliberação da Assembleia Geral, ações preferenciais. § 2º. A sociedade poderá emitir debêntures ou partes beneficiárias. **Capítulo III – Assembleia Geral: Art. 7º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por um dos administradores da companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos; § 1º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404, de 15.12.1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia. **Capítulo IV – Diretoria: Art. 8º.** A administração da Companhia competirá a uma Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A Diretoria será composta por no mínimo 02 e no máximo 6 Diretores, residentes no País, acionistas ou não, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Executivo e os demais diretores sem designação específica. § 1º. O mandato dos Diretores se estenderá até a posse dos que forem eleitos. § 2º. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, exceto o Diretor Presidente, o Diretor Presidente indicará um membro da Diretoria para exercer, cumulativamente, as suas funções originais e as funções do Diretor ausente ou impedido durante o prazo da ausência ou impedimento. § 3º. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, o Diretor Executivo assumirá temporariamente as funções daquele, cumulando-as com as suas funções. § 4º. Persistindo a ausência ou impedimento por período superior a noventa dias, deverá ser convocada a Assembleia Geral para eleição de administrador substituto, aplicando-se idêntico procedimento no caso de vacância. § 5º. O prazo de gestão da Diretoria é de 3 anos, facultada a reeleição. Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos; § 6º. Compete ao: I) Diretor Presidente: (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; (b) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da companhia, bem como a sua apresentação aos acionistas; (c) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (d) indicar Diretor para exercer as funções de Diretor ausente ou impedido, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º; e (e) estabelecer, em conjunto com o Diretor Executivo, metas e objetivos para a companhia; II) Diretor Executivo: (a) ter sob sua responsabilidade o suporte e apoio de infra-estrutura necessária a todas as unidades da companhia, objetivando

a excelência nos processos com eficiência de custos; (b) administrar e supervisionar as áreas que lhe forem conferidas pelo Diretor Presidente; (c) estabelecer, em conjunto com o Diretor Presidente, metas e objetivos para a companhia; e (d) supervisionar a atuação dos Diretores Executivos que estiverem sob sua supervisão direta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; (e) substituir o Diretor Presidente na ausência ou impedimentos temporários deste; e, III) Diretores: administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas pelo Diretor Presidente. § 7º. Será atribuído de um ou mais dos membros da Diretoria, devidamente designados em Ata de Reunião da Diretoria, a função de: (i) representar a companhia, em face de responsabilidades específicas por áreas da companhia; (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas em reunião de Diretoria. § 8º. A remuneração dos administradores será aprovada, por montante global, pela Assembleia Geral e será fixada, individualmente, conforme a política de remuneração aprovada em reunião de Diretoria, política essa que deve ser compatível com a política de gestão de riscos e ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médios e longos prazos adotados pela companhia. **Art. 9º.** Os membros da Diretoria têm os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da instituição e à consecução do objeto social, conforme a sua respectiva área de atuação; § 1º. A Companhia será representada, em suas relações externas: a) por dois membros da Diretoria; ou b) por um membro da Diretoria e um Procurador com poderes especiais, constituído na forma do § 2º. deste artigo; § 2º. Os mandatários “ad negocia” da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por dois Diretores, em conjunto, com prazo de validade não superior a um ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato; § 3º. Os mandatários “ad iudicia” da Companhia serão constituídos por procuração assinada por dois membros da Diretoria e o mandato não precisará conter prazo de duração, bem como poderá autorizar a prática de atos isolados; § 4º. Nas Assembleias gerais de sociedades de que participe, a Companhia será representada por um Diretor; § 5º. Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito da Companhia, esta poderá ser representada por dois procuradores com poderes especiais, observado quanto à nomeação desses procuradores o disposto nos parágrafos anteriores; § 6º. O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia ou de títulos de crédito para cobrança simples em instituição bancária poderá ser feito por um membro da Diretoria ou um procurador nomeado com observância do disposto no § 2º deste artigo; § 7º. A Companhia poderá ser representada por um membro da Diretoria ou um procurador com poderes especiais, perante órgãos da administração pública direta e indireta, tais como sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Companhia, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos; § 8º. A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria, o qual, inclusive, será o responsável pela designação dos prepostos, para fins de representação da Companhia perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos; § 9º. Deverão ser assinados por 02 Diretores em conjunto, sendo obrigatória a prévia autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, os documentos que se referirem à alienação ou oneração de bens pertencentes ao ativo permanente da sociedade, quando o valor desses bens ultrapassar o montante de R\$ 5.000.000,00, atualizado anualmente pela variação do IGP-M e em atos que impliquem na participação da companhia em outras sociedades, ou mesmo em parcerias ou consórcios. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Art. 10º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 membros e igual número de suplentes; Parágrafo Único – O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Art. 11º.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício; Parágrafo único. O lucro do exercício terá as seguintes destinações: a) 5% para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social; b) pagamento de dividendo obrigatório; c) o saldo do destino que lhe for atribuído por deliberação da Assembleia. **Art. 12º.** A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.1976, com as alterações da Lei nº 10.303, de 31.10.2001, salvo se houver deliberação em contrário pela Assembleia Geral Ordinária ou haja incompatibilidade da situação financeira da Companhia com tal distribuição; § 1º. Também por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; § 2º. Os pagamentos referidos no Parágrafo anterior serão compensados com o dividendo obrigatório do exercício, e a Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, depois de compensados os pagamentos antecipados; **Art. 13º.** Mediante decisão da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, que poderão ser compensados com os dividendos mínimos. **Art. 14º.** A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços intercalares. **Capítulo VII – Transformação: Art. 15º.** A Companhia, poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no artigo 220 da Lei nº 6404/76, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social; **Capítulo VIII – Liquidação: Art. 16º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, à qual caberá nomear o liquidante e seu respectivo substituto, eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, e fixar as respectivas remunerações. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias: Art. 17º.** Por deliberação aprovada em Assembleia Geral poderão ser criados órgãos técnicos ou consultivos, com funções técnicas ou destinadas a aconselhar os administradores, na forma de comitês especiais, de funcionamento permanente ou não. **Art. 18º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **III –** Atendendo ao disposto no último item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do aludido assunto da ordem do dia, e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **São Paulo, 22/09/2023. Presidente:** José Garcia Netto; **Secretário:** Marco Aurelio Spinardi. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 410.740/23-8 em 23/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92 – NIRE 35.300.438.507

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: 01/10/2023, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 2.983, Distrito Industrial, Rio Claro-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas detentores de ações que representam a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. José Antônio Toledo Vieira e secretariada pela Sra. Janete da Silva Cesário. **4. Ordem do Dia:** (i) a destituição do Sr. Fernando Antonio de Matos Carrilho ao cargo de Conselheiro Independente da Companhia; (ii) a consignação da composição consolidada do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos para fazer cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** Aprovar a destituição do Sr. Fernando Antonio de Matos Carrilho, RG nº 541.7804, SSP/PE, CPF nº 007.780.214-40, ao cargo de Conselheiro Independente da Companhia. **5.2.** Consignar que o Conselho de Administração passa a ser composto pelos seguintes membros: (i) José Antônio Toledo Vieira, RG nº 15.437.853, SSP/SP, CPF nº 064.402.958-70, ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) José Roberto Correa Teixeira Ferraz, RG nº 13.899.846, SSP/SP, CPF nº 091.400.828-57, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração; (iii) Norberto Whitaker Sobral Januzzi, RG nº 15.351.816, SSP/SP, CPF nº 219.544.638-20, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração; (iv) Harry Peter Grandberg, RG nº 13.128.057-0, SSP/SP, e CPF nº 077.232.018-77, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2023, que poderá se estender até a posse dos seus respectivos sucessores. **5.3.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos para fazer cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada via plataforma IziSign. Rio Claro/SP, 01/10/2023. **Mesa:** José Antônio Toledo Vieira – Presidente; Janete da Silva Cesário – Secretária. **Acionistas:** Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia por Pátria Investimentos Ltda, na qualidade de gestora. **Por:** Daniel Rizardi Sorrentino e Fernanda Garrelhas Miranda – Diretores; Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia por Pátria Investimentos Ltda, na qualidade de gestora. **Por:** Daniel Rizardi Sorrentino e Fernanda Garrelhas Miranda – Diretores. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 427.219/23-1 em 08/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4537	Peso (Chile) - 0,005346
Dólar (EUA) - 4,9247	Peso (México) - 0,2797
Franco (Suíça) - 5,4585	Peso (Uruguai) - 0,1237
Iene (Japão) - 0,03247	Yuan (China) - 0,6755
Libra (Inglaterra) - 6,0352	Rublo (Rússia) - 0,05398
Peso (Argentina) - 0,01407	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2655

Busrental S.A.

CNPJ/MF nº 47.388.693/0001-03 – NIRE 35.300.597.699

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de outubro de 2023

Data, Hora e Local: Em 10/10/2023, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** José Garcia Netto, Presidente; Marco Aurelio Spinardi, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (a)** Aprovada, a eleição dos seguintes novos membros da Diretoria Srs. Marco Aurelio Spinardi, RG 33.241.095-X SSP/SP e CPF 312.489.848-62, e Adriano Barros de Araujo, RG 29.187.951-2 e CPF 260.838.568-09, para exercerem o cargo de Diretor, sendo o Sr. Marco Aurelio Spinardi como Diretor Presidente em substituição ao Sr. Jose Garcia Netto, que neste ato renuncia ao cargo de Diretor e da Presidência, e o Sr. Adriano Barros de Araujo, que assume o cargo de Diretor Executivo em substituição ao Sr. Fábio Kiyoshi Yakushiji, que também neste ato renuncia ao cargo de Diretor, havendo, assim, o preenchimento de duas vagas na Diretoria e com mandato até a próxima AGO de 2025, quando ocorrerá a nova eleição da Diretoria. Os novos Diretores tomam posse neste ato e deverão permanecer em exercício de seus cargos até que os Diretores eleitos na próxima AGO de 2025 venham a tomar posse. **Declaração:** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/10/2023. **Ass.: Presidente:** José Garcia Netto; **Secretário:** Marco Aurelio Spinardi. JUCESP nº 411.335/23-6 em 23/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Terras Dourados Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 17.233.012/0001-69 / NIRE nº 3530045464-2

Edital de Convocação – AGO

Ficam convocados os acionistas da companhia para AGO a se realizar no dia 07/12/2023, às 17 hrs em primeira convocação, e 17:30 hrs em segunda convocação, VIA ONLINE, para deliberação sobre os seguintes assuntos: (I) aprovação das demonstrações financeiras e contas dos atuais administradores, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022, bem como a destinação do lucro e distribuição de dividendos da Sociedade. Diretores - Lídio Guerra, Janderson Cardoso. (14,15 e 17/11/2023)

Edifício Rio Claro

CNPJ/MF nº 03.266.902/0001-62 – Rua Quirino de Andrade, 217, 219, 227, 01049-010 – São Paulo-SP **Convocação – Assembleia Ordinária e Extraordinária dos Condôminos do Edifício “Rio Claro”** Ficam convocados os senhores condôminos dos andares ou titulares de direito à aquisição de unidades autônomas do Edifício Rio Claro, a se reunirem em Assembleia Geral no dia 28/11/2023, às 10h30, na Rua Henrique Monteiro, 90, 16º andar, em primeira e única convocação, deliberarem sobre: a) Examinar e Aprovar as contas da administração do Edifício, do biênio 2021/2023; b) Aprovação e discussão da redução da taxa condominial; c) Eleição do Síndico e do Conselho Consultivo; d) Outros assuntos de interesse geral. Quorum: Condôminos quites com as contribuições representando pelo menos 25% do condomínio. Será permitida a representação por procurador, com poderes específicos para Assembleia designada. Para a aprovação das matérias de reforma a serem custeadas pelos proprietários, fica afastado o voto dos ocupantes ou locatários não proprietários. São Paulo, 09/11/2023. **Daniel Neaime** – Síndico. (13 e 14/11/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,924 / R\$ 4,9247 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9056 / R\$ 4,9076 *
Turismo - R\$ 5,0000 /
R\$ 5,1020
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,13

OURO BM&F
R\$ 276,900
BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: −0,14%
Pontos: 120.410
Volume financeiro:
R\$ 18,895 bilhões
Majores altas: PETZ ON
(3,41%), Lojas Renner
ON (3,32%), TOTVS ON
(2,52%)
Majores baixas: Magazine
Luiza ON (-3,89%), B3
ON (-3,63%), CVC Brasil
ON (-2,96%)

S&P 500 (Nova York):
-0,08%
Dow Jones (Nova York):
0,16%
Nasdaq (Nova York):
-0,22%
CAC 40 (Paris): 0,6%
Dax 30 (Frankfurt): 0,73%
Financial 100 (Londres):
0,89%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,05%
Hang Seng (Hong Kong):
1,3%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,25%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -0,2%
Merval (Buenos Aires):
-3,53%
IPC (México): -0,37%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%

Negócios

“Não faremos uma nova proposta pela Braskem”, diz CEO da Unipar



Nos últimos meses, a Unipar, ao lado da J&F e da Adnoc, estatal de petróleo de Abu Dhabi, tornou-se uma figura proeminente na trama da aquisição da Braskem. A Unipar visualizou o ativo como peça estratégica para alcançar seu plano de dobrar de tamanho na próxima década.

A petroquímica, líder na produção de cloro e soda e a segunda maior produtora de PVC na América do Sul, oficializou sua participação no final de junho, apresentando uma proposta não-vinculante de R\$ 10 bilhões, cujo prazo expirou duas semanas depois.

Recentemente, a Braskem anunciou uma nova proposta de R\$ 10,5 bilhões, apoiada

pela Adnoc, levando a Unipar a retirar-se da disputa. Mauricio Russomanno, CEO da Unipar, afirmou ao NeoFeed: “Não faremos uma nova proposta pela Braskem”, destacando a necessidade de explorar outras oportunidades.

Essa desistência não altera a ambição da Unipar de duplicar suas operações em uma década, nem afeta sua disposição para fusões e aquisições, ressaltando que acordos futuros podem abranger ativos no Brasil e em outras geografias.

Diante de desafios como a queda na demanda na construção civil e na indústria, a Unipar busca alternativas, encontrando no setor de saneamento uma válvula de escape. Russomanno destaca

o potencial dessa área após o marco legal de 2020.

A empresa investe na construção de uma fábrica em Camaçari, na Bahia, como parte de sua estratégia de expansão. Além disso, recentemente, a Unipar anunciou um investimento bilionário na modernização da fábrica em Cubatão (SP), reforçando seu compromisso com o crescimento.

Apesar do mercado menos favorável, a Unipar encerrou o terceiro trimestre de 2023 com um lucro líquido de R\$ 190,7 milhões, 3,5% inferior ao mesmo período de 2022, mas com alta de 2,4% em relação ao segundo trimestre deste ano. NeoFeed

Na China, Zema e Caiado fecham acordos com gigante de telecomunicações Huawei

Em busca de investimentos e mais exportação, quatro governadores e mais de mil empresários brasileiros estiveram na última semana em Xangai, em meio à feira anual de importação e exportação da China (CIIE). Durante o evento, o primeiro-ministro Li Qiang prometeu “expandir ativamente as importações” chinesas.

A estimativa de delegação recorde de empresários é do consulado em Xangai. O cônsul-geral Augusto Pestana descreveu o evento como “um marco de retomada” para a China e “uma nova etapa da parceria” com o Brasil. Sublinhou a maior diversidade na representação do país, de alimentos a máquinas e economia digital.

Com estandes de JBS e Vale, entre outras, e eventos ligados a estados como Minas Gerais e Mato Grosso, “este ano pós-pandemia foi especial”, concordou Henry Oswald, presidente da Bracham, associação de empresas brasileiras na China. Ele creditou a maior presença

também a atrativos como os juros baixos chineses.

Pela primeira vez, o Brasil teve um setor de tecnologia na feira, com Weg, Marcopolo e Suzano e 16 startups, de setores como agritech e fintech. A busca de negócios não se restringiu a Xangai. O mineiro Romeu Zema (Novo) foi a Xuzhou, na província de Jiangsu, para anunciar ter fechado um investimento da XCMG, visando montagem de veículos elétricos pesados em Pouso Alegre, além de motores da fornecedora Saic. Também uma fábrica para produzir equipamento para diagnóstico, no norte do estado.

Tanto Zema como o goiano Ronaldo Caiado fecharam acordos com a gigante de telecomunicações Huawei. Zema visitou a unidade da empresa em Xangai e formalizou parceria para implantar wi-fi nas escolas estaduais. Caiado esteve na sede mundial da Huawei em Shenzhen para assinar memorando de entendimento para soluções 5G em segurança, saúde e outras áreas. Nelson Sá/Folhapress



O que a crise da WeWork significa para o mercado de escritórios flexíveis



A WeWork, conhecida por suas localizações privilegiadas e cervejas de cortesia, conseguiu criar uma aura glamourosa em torno do conceito de espaços de trabalho flexíveis. No entanto, uma questão persistia: a empresa não conseguia transformar essa imagem em lucratividade.

A recente declaração de falência da WeWork nos Estados Unidos, com uma dívida superior a US\$ 13 bilhões em contratos de aluguel de escritórios, lança uma sombra sobre outros provedores de espaços de trabalho flexíveis em ambos os lados do Atlântico e aumenta as preocupações sobre a situação financeira

dos proprietários de imóveis comerciais, que já enfrentam desafios devido à transição para o trabalho remoto.

O CEO da WeWork, David Tolley, mencionou ter ajustado 590 contratos de locação e reduzido as obrigações de aluguel em US\$ 12 bilhões durante o processo de recuperação judicial. No entanto, ele reconheceu que não conseguiu superar os custos imobiliários herdados e os desafios do setor.

A questão em pauta é se os problemas enfrentados pelo setor de espaços de trabalho compartilhados são exclusivos da WeWork ou se outras empresas de trabalho flexível conseguirão capitalizar a mudança para o es-

quema híbrido, impulsionada pela pandemia da covid-19.

Mark Dixon, CEO da IWG, a maior empresa de espaços de escritório flexível, argumenta que os problemas da WeWork são eventos secundários em meio à transformação significativa no mercado de escritórios causada pela tecnologia. Ele destaca que a tecnologia está alterando fundamentalmente a maneira como as pessoas trabalham.

Apesar dos desafios enfrentados pela WeWork, as empresas que oferecem espaços flexíveis esperam que aquelas interessadas em reduzir custos com grandes escritórios estáticos vejam seus serviços como uma opção substituta. Pipeline